

Economia Solidária, desenvolvimento local e crise da Covid-19: a experiência das mulheres artesãs em Alagoas – Brasil ¹

Solidary Economy, local development and crisis of Covid-19: the experience of female artisans in Alagoas - Brazil

Ana Maria Rita Milani²

RESUMO

Este artigo busca especificar como a economia solidária vem construindo novos espaços para a reprodução social dos trabalhadores no estado de Alagoas, evidenciando-se como possibilidade a superação de uma lógica puramente utilitária que pode gerar um processo de desenvolvimento no local. Discutir essa perspectiva e evidenciar a contribuição da economia solidária destaca sua importância como experimento social ao constituir práticas alternativas e possibilidades reais de organização diferenciada em um momento em que, mais uma vez, o capitalismo atravessa uma intensa crise. Assim, este artigo tem como objetivo estudar os elementos produzidos nos empreendimentos econômicos solidários da cadeia produtiva do artesanato no estado de Alagoas que emergem como possibilidade de constituição de uma práxis social que contribui com o desenvolvimento local. A metodologia utilizada neste trabalho tem como seu ponto de partida as condições reais e contraditórias dos próprios grupos, sendo interpretada na concepção da pesquisa-ação, na qual o pesquisador deixa claro a relevância da prática e intervenção no processo de pesquisa. As organizações sociais utilizaram instrumentos pedagógicos de gestão, de estratégias e de materiais que podem indicar elementos de um novo espaço que se contrapõe e põe em “xeque” o espaço do capital como forma de reprodução destas populações.

Palavras-chave: Economia solidária, desenvolvimento local, Alagoas – Brasil

ABSTRACT

This article seeks to specify how the solidarity economy has been building new spaces for the social reproduction of workers in the state of Alagoas, showing itself as a possibility to overcome a purely utilitarian logic that can generate a development process in the place. Discussing this perspective and highlighting the contribution of the solidarity economy highlights its importance as a social experiment as it constitutes alternative practices and real possibilities of differentiated organization at a time when, once again, capitalism is going through an intense crisis. Thus, this article aims to study the elements produced in the economic solidarity enterprises of the productive chain of handicrafts in the state of Alagoas that emerge as a possibility of constituting a social praxis that contributes to local development. The methodology used in this work has as its starting point the real and contradictory conditions of the groups themselves, being interpreted in the concept of action research, in which the researcher makes clear the relevance of practice and intervention in the research process. Social organizations used pedagogical management tools, strategies and materials that can indicate elements of a new space that opposes and puts the space of capital in check as a way of reproducing these populations.

¹ Artigo selecionado em modalidade Fast Track relativo ao Pré Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social. Editoria especial: Edgilson Tavares de Araújo (UFBA), Leonardo Prates Leal (UFAL), Maria Amelia Jundurian Corá (UFAL).

² Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (Brasil). Prof. Adjunta da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Alagoas (FEAC - UFAL), Brasil. e-mail: anamilan16@hotmail.com

Keywords: Solidarity economy, local development, Alagoas - Brazil

1. Introdução

A pandemia da Covid-19 chega ao Brasil no ano de 2020 num momento no qual a economia apresentava um crescimento pífio, com o setor industrial em retração e tendência de aumento da taxa de desemprego tanto em nível nacional como local. Assim, instaura-se uma crise sanitária, econômica e social que evidencia muitos dos problemas estruturais da economia brasileira, ainda não superados. As medidas de isolamento físico tomadas em função da pandemia provocaram consequências deletérias no mercado de trabalho, gerando perdas de emprego e redução dos níveis salariais, assim como o aumento da informalidade. Como salienta Carvalho (2020), a pandemia afeta a todos, mas em profundidade à população que se encontra em situação de pobreza e vulnerabilidade. Ou seja, a pandemia veio a pôr em evidência as limitações dos países subdesenvolvidos para o enfrentamento da crise. Nesse sentido, a pandemia veio a questionar como serão o regime de acumulação e do modo de produção com a predominância do aspecto financeiro com relação a saída da crise. Podemos observar que desde a década de 2000 existe um grande debate entre as teses do desenvolvimento e as outras possibilidades de se pensar o desenvolvimento, mas essas teses vão ao encontro de idealizar caminhos para uma nova sociedade, significando propostas de política, com novas práxis para atingir o bem-estar da sociedade.

A década de 2000 no Brasil transformou-se num ponto de inflexão com relação a alguns indicadores econômicos e sociais que evidenciaram uma melhora na distribuição da renda e na redução da desigualdade. Isto ocorre, fundamentalmente, pelas mudanças ocorridas nas políticas públicas que visaram a inclusão social e produtiva das populações mais pobres do país. Assim, observa-se que no Brasil o mercado de trabalho apresentou um comportamento satisfatório se comparado com a década de 1990, com queda da taxa média agregada de desocupação de 11,7% em 2002 para 4,8% em 2014 (IPEA, 2015). No entanto, se considerarmos o período mais recente entre 2014 e 2019, a taxa de desocupação volta a aumentar passando 4,8% para aproximadamente 12% em 2019. Ou seja, a economia brasileira, neste último período, não reage satisfatoriamente com relação à taxa de ocupação e desemprego, o que pode ser atribuído ao baixo crescimento do PIB nos últimos anos. Neste contexto, observa-se um quadro, no qual a crise econômica repercutiu no mercado de trabalho do Brasil e existem poucas perspectivas de reversão da situação no curto prazo. As mudanças acontecidas no Brasil impactam na economia alagoana. Na década de 2000, Alagoas insere-se no bojo das políticas sociais que foram aplicadas nesse período no Brasil, o que faz com que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) melhore em vários quesitos. Diante do exposto, é importante salientar que, apesar de se ter melhorado os índices de desenvolvimento, o estado de Alagoas ainda continua numa situação delicada em relação ao ranking dos estados no país. Por outro lado, nos últimos anos, a taxa de desemprego se mantém num ritmo crescente, mostrando as dificuldades que a economia alagoana apresenta com relação à absorção de mão-de-obra no mercado de trabalho. Essa dificuldade se relaciona a um problema da estrutura produtiva da economia alagoana, que basicamente se encontra concentrada no setor sucroalcooleiro, tornando o estado muito vulnerável às flutuações do mesmo. Evidenciam assim, as contradições genéticas do capital: de um lado elevação imprevisível das forças produtivas e de outro a desnecessidade do trabalho assalariado.

É nesse contexto que ganham espaço as organizações sociais em cooperativas, como resposta as grandes contradições próprias do capitalismo, que por um lado geram crises e, por outro, movimentos buscando saídas alternativas e superação da situação de desemprego e da necessidade de geração de renda. A economia solidária insere-se nesse bojo, com caminhos alternativos para a construção de espaços de reprodução e de distribuição de renda. As cooperativas de economia solidária apresentam-se como

alternativa de milhares de trabalhadores que buscam modificar as condições de vida sob a forma da organização coletiva do trabalho. Os protagonistas diretos encontram-se pressionados, de um lado, pela crise estrutural do mercado de trabalho e, por outro lado, se veem motivados pela ação mobilizadora dos movimentos sociais, parcelas do sindicalismo e inúmeras entidades civis, que buscam criar alternativas para a crise estrutural do trabalho assalariado e às formas de precarização.

Este artigo tem como objetivo analisar a economia solidária e a construção de novos espaços de desenvolvimento das trabalhadoras da cadeia produtiva do artesanato no estado de Alagoas, que evidenciam a possibilidade de superação de uma lógica puramente utilitária podendo gerar um processo de desenvolvimento no local, especialmente depois da crise da Covid-19.

Para pensar essas organizações sociais advindas da classe trabalhadora utilizamos os conceitos da economia solidária, como solidariedade e cooperação, para neles caracterizar o que emerge como nova possibilidade de desenvolvimento local. Levantaremos, também, alguns elementos resgatados na pesquisa realizada na Universidade Federal de Alagoas que contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A pesquisa com título: “Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) no estado de Alagoas: fortalecimento da autogestão e da comercialização da Cadeia produtiva de artesanato”, teve como objetivo a construção de uma rede de comercialização. Esses elementos encontram-se na organicidade das mulheres artesãs, caracterizadas como população em vulnerabilidade, que buscam a construção de caminhos possíveis dentro dessa materialidade social posta.

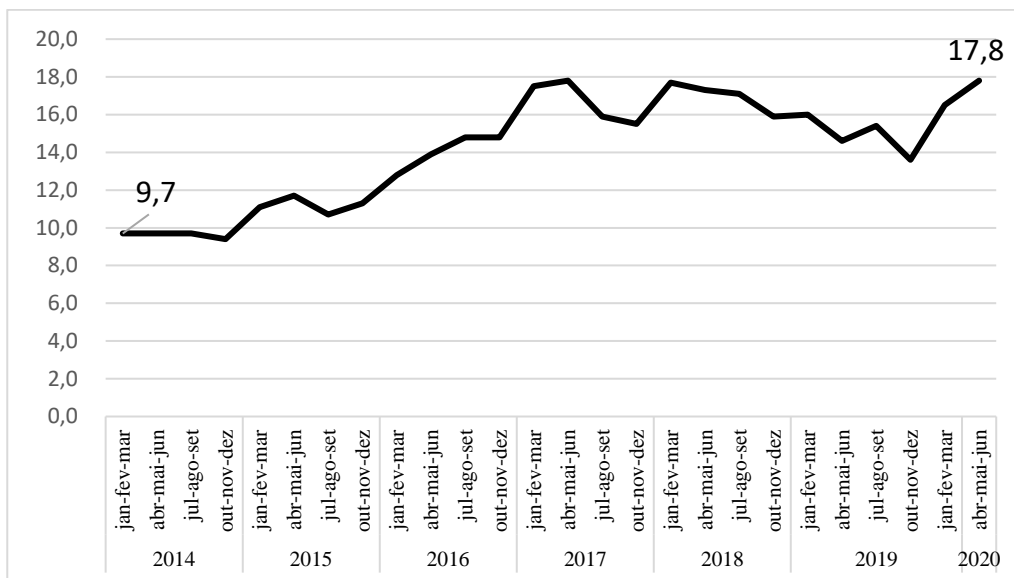
A metodologia aplicada na foi a pesquisa-ação na qual o pesquisador deixa claro a relevância da prática e intervenção no processo de investigação. Parte-se do suposto da importância da interação teórico-prática entre os participantes de modo a articular as ações e reflexões a partir das condições dadas. Trata-se da condução em que os diversos parceiros interagem a partir das práticas em que estão envolvidos. Ou seja, o ponto de partida é sempre as condições reais e contraditórias dos próprios grupos. A pesquisa consistiu no acompanhamento sistemático de 28 grupos de economia solidária em seis regiões do estado de Alagoas. Esses grupos, ao todo, contemplaram mais de 280 artesãos.

Além desta introdução, na primeira seção, realizar-se-á uma breve contextualização da crise da Covid-19 e seus impactos no mercado de trabalho. Na segunda seção será abordado o conceito de desenvolvimento local com a intenção de defini-lo dentro das linhas seguidas neste artigo. Na terceira seção, apresentar-se-á a definição de economia solidária fazendo um breve histórico de seu desenvolvimento no Brasil. Na quarta seção, será apresentado a caracterização dos empreendimentos de economia solidária nos quais as artesãs encontram o espaço de reprodução da cultura juntamente com a geração de renda. Na quinta seção, apresentar-se-á uma análise dos resultados qualitativos dos empreendimentos de economia solidária e o desenvolvimento local. Por último, as considerações finais.

2. Contextualização do cenário do mercado de trabalho diante da crise da Covid-19

A pandemia da Covid-19 impactou ao Brasil num momento de pouco crescimento e de aumento da vulnerabilidade social. A dinâmica da pandemia vem acompanhada de choques externos e internos que produzem efeitos negativos no emprego, na luta contra a pobreza e na redução da desigualdade. A pandemia da Covid-19 afeta ao Brasil através de dois efeitos: 1) paralização da atividade econômica interna que já vinha respondendo lentamente desde 2014 e 2) uma forte recessão mundial que repercute na economia brasileira.

Gráfico 1 - Alagoas: taxa de desemprego (%)



Fonte: PNAD Contínua, 2020.

O trabalho informal é fonte de renda demais do 60% dos trabalhadores no estado de Alagoas, com características de salários baixos e baixa capacidade de poupança limitando a possibilidade de fazer frente a períodos longos de inatividade. Estes trabalhadores não têm acesso a serviços de saúde de qualidade, assim como também pelo tipo de atividade que realizam encontram-se mais expostos o contágio (CEPAL, 2020).

A crise sanitária da Covid-19 afetará de forma negativa o mercado de trabalho, a dinâmica da pobreza e os indicadores do desenvolvimento. Dessa forma, devem-se pensar caminhos para a geração de renda para os trabalhadores que estão sendo afetados. Na próxima, seção apresentaremos o conceito de desenvolvimento local que guia este artigo.

3. Desenvolvimento local: conceito e definições

Nesta seção, iremos realizar uma breve discussão acerca da definição de desenvolvimento local e como o entenderemos neste artigo, pois há várias interpretações e visões sobre este tema. Em geral, quando nos referimos ao vocábulo “desenvolvimento” o relacionamos ao ato de desenvolver, sua etimologia faz referência à desenvolvimento, crescimento, progresso. A economia do desenvolvimento, segundo Hirschman (APUD BIANCHI, 1982), surge como disciplina depois do pós-guerra, especificamente nos anos 1950. Na visão dos autores latino-americanos, entres eles Furtado (1983), argumentavam que o desenvolvimento econômico é um processo histórico, o qual se opõe à teoria convencional que trata de ilustrar as variáveis que determinam o crescimento. Esse autor considera o desenvolvimento como a expansão do universo econômico, o qual é heterogêneo, pois cada economia tem uma série de especificidades que interfere nessa expansão. A ideia consiste que o desenvolvimento é um processo predominantemente desigual, não existe uniformização do desenvolvimento, pois ele depende da forma como se encontram as estruturas técnicas, naturais e sociais de cada região. Entretanto, ela começa a apresentar sinais de esgotamento na década de 1970, quando o mundo vivenciara mudanças no regime de acumulação e no modo de produção que prevaleceram no período denominado de “Anos Dourados”. A partir de então, o conceito de desenvolvimento

ganha adjetivos e ele se fragmenta, como por exemplo, desenvolvimento regional, local, endógeno, sustentável, entre outros. Isto torna o conceito de desenvolvimento mais complexo, pois as delimitações do mesmo tornam-se mais efêmeras. Vários são as visões que tentam moldar o conceito de desenvolvimento econômico e social, abrangendo aspectos produtivos, de produtividade e de organização da produção social.

A continuação dissertaremos sobre o conceito de desenvolvimento local. Como salientado por Pires, Muller, Verdi (2006) o desenvolvimento territorial ou local é um processo de mudança social de caráter endógeno, capaz de produzir solidariedade e cidadania, provocando a mudança qualitativa e a melhoria do bem-estar da população de uma localidade ou uma região. Pode-se dizer, que o desenvolvimento local é dinamizado por expectativas dos atores econômicos e pelas vantagens locais, assim como também, pela forma de alocação dos recursos que se encontram na proximidade do território. Na verdade, ao se considerar o território e o local como um fator endógeno do desenvolvimento está se introduzindo a importância que têm as instituições e as organizações locais para as trajetórias de mudança econômica e social, sendo elas específicas de cada contexto.

Para Rozas (1998), desenvolvimento local é a organização comunitária em torno de um planejamento para o desenvolvimento, por uma perspectiva de construção social, constituindo-se num instrumento fundamental, de caráter orientador e condutor, de superação da pobreza. Na atualidade, as relações entre o global e o local adquirem papel fundamental. Local e global são como interfaces relacionadas, contraditórias e dialéticas que se apresentam atualmente como um espaço de interrelação (Benko, 1996, p. 65). A divisão internacional do trabalho tem mudado a forma da dinâmica territorial local delimitando em que setores se encontram os nichos de mercado e as formas de inserção na economia internacional. A internacionalização da economia produz uma modificação nas estruturas espaciais e nos territórios. Diante deste movimento, Pecqueur (1987, p. 135) sustenta que se produz uma reação autônoma dos atores que vivem no território que desvia o movimento imposto pela pressão externa ou pressão heterônoma, redirecionando o modo de produção local para uma conscientização de valores adicionados localmente (recursos específicos). Assim, o autor define desenvolvimento econômico local a partir do momento em que podem observa-se os efeitos da reação autônoma produzindo o efeito contrário ao imposto pela pressão externa. Desta forma, se renovam as bases para o desenvolvimento.

Nesse sentido, Storper (1995) ressalta a importância do ambiente social e cultural no processo de desenvolvimento local, por ele denominado “ativos relacionais” (relational assets) e de “interdependências não comercializáveis” (untraded interdependences). Putnam (1993) demonstrou, através de análises históricas e empíricas para o caso italiano, o papel da sociedade civil e suas tradições no desenvolvimento econômico regional. Saxenian (1994) interpretou a força da cultura no desenvolvimento do Vale do Silício, comparativamente a Boston. Amin e Thriff (1994) argumentam que a vida econômica local das relações cognitivas entre as instituições culturais, sociais e políticas. O que se conclui é que a partir da ideia de que o desenvolvimento está enraizado nas condições locais, que não elimina as identidades das regiões, dos governos locais, das características da comunidade, pelo contrário, reforçam-se na inter-relação institucional que o desenvolvimento pensado desde o local vai construir.

Como Martins (2002) salienta, O enfrentamento e a superação da pobreza têm sido a tônica do desenvolvimento local pensado e praticado na América Latina. Cada vez mais seus pressupostos humanistas têm servido a projetos que objetivam erradicar a miséria. Neste contexto, a participação representa um desafio ainda maior, haja vista que os segmentos mais carentes, não raros migrantes, portanto viventes em um processo de inserção socioespacial, têm ainda mais dificuldade de se envolver e contribuir efetivamente nos projetos. Colocá-los na condição de maiores beneficiários do processo, contudo, assegura apenas o atendimento emergencial às suas necessidades.

4. Economia solidária: perspectivas de uma nova sociedade em germe

O caminho ao longo da história da classe trabalhadora apresentou vários experimentos nível mundial que evidenciaram o surgimento do cooperativismo como base da organização que foram interpretados por diferentes autores: Charles Fourier (1772-1837), Robert Owen (1770-1858), William King (1786-1865) Pierre Joseph Proudhon (1809-1865); Louis Blanc (1812-1882), etc. O cooperativismo surgiu, assim, na Europa Ocidental quase que simultaneamente com a revolução industrial como uma organização que exprime as lutas dos trabalhadores contra as condições de exploração vivenciadas neste período. Emerge como um ideário filósofo e empírico (uma prática social) do homem como ponto central ao redor do qual gravita a organização produtiva. Tem como base o trabalho e a distribuição equitativa do excedente produtivo entre os trabalhadores.

Assim, no Brasil, o surgimento da economia solidária pode ser interpretado como uma reação às crises cíclicas do capitalismo, que se aprofunda com a implantação do modelo de ajuste estrutural da década de 1990 e à desregulamentação do Estado na economia. Nesse contexto, a economia solidária se apresenta como um marco teórico e empírico que sistematiza a busca por uma sociedade igualitária. Ainda sob o termo economia popular, foi em 1994, que as primeiras publicações aparecem academicamente. No final da década de 1990 é que o termo economia solidária passa a ser difundido e amplamente utilizado, ao mesmo tempo em que instituições como associações, sindicatos, incubadoras universitárias, etc. a promovem através da construção de novos espaços de organização da vida e do trabalho. A solidariedade passa a ser o nexos social, através do qual se constituem as organizações produtivas, quer sejam associações ou cooperativas solidárias. Nesse contexto, com redução da presença do Estado; escassez de financiamento público para as demandas sociais; revolução tecnológica provocando profundas transformações no mercado de trabalho, aumento do desemprego, etc, os indivíduos passam a se organizar em grupos autossustentáveis, solidários, para o auxílio mútuo.

O termo economia solidária vai se consolidando à medida que as iniciativas econômicas que vão surgindo são reconhecidas por sua natureza cooperativa, solidária e autogestionária. Nesse sentido, a economia solidária abrange modalidades diversas de organização como as formas informais de geração de renda, associações de produtores e consumidores, comunidades produtivas autóctones, cooperativas de produção, de prestação de serviços, de comercialização e de crédito. A principal característica desses empreendimentos manifesta-se na solidariedade e na socialização dos recursos produtivos (GUERRA, 2002; PINTO, 2006; GAIGER, 2013; GAIGER, 2004). Para estes autores a solidariedade estimula sistemas mais amplos de reciprocidade, com maior equidade entre as partes que intervêm no processo. Embora ainda é difícil de se pensar a economia solidária como hegemônica, mas pode-se dizer que os processos de gestão e produção nela praticados podem embasar uma transformação social desenvolvendo o local e a região na qual se encontra.

Assim, como Paul Singer (2002b) argumenta que a economia solidária aparece como “modo de produção intersticial”, preenchendo espaços econômicos e lacunas sociais que o capitalismo havia produzido. Exemplo típico são as empresas recuperadas e autogeridas que começam a emergir neste período, introduzindo elementos de democracia e igualdade (GAIGER, 2013; CULTI, 2018).

Indo ao encontro dessas ideias, Gaiger (2013) observa que o surgimento de cooperativas populares dentro da economia solidária, revitaliza a discussão sobre o cooperativismo, frisando que o mesmo nasceu no mesmo berço das lutas sindicais e político-partidárias que formou o movimento operário. Nesse sentido tanto o cooperativismo solidário (forma mais bem-acabada de economia solidária) como a própria economia solidária em pleno século XXI, explica Gaiger (2013), reeditam a estratégia histórica dos trabalhadores. Esta estratégia permite aludir a um paradigma cooperativo, cuja longevidade explica-se por sua consistência utópica, assim como seu pragmatismo e abertura diante das constantes mudanças em que prosperou (NAMORADO, 2007). O cooperativismo dos trabalhadores adentra o século XXI conhecedor de reveses, de estagnação, de distorções, mas ainda assim sua história é reflexo da recusa dos trabalhadores de

viverem encerrados em uma lógica social fundada no utilitarismo e na renúncia ao cultivo de vínculos sociais (GAIGER, 2013).

Chanial e Laville (2009), ao tentar definir economia solidária, explicam que somente uma teorização que considere a solidariedade como princípio de ações coletivas tem condições de compreender a originalidade que se expressa nestas práticas coletivas. Para Grade (2012) a solidariedade é nexos social que permite aglutinar ao redor de si os trabalhadores, para além do salário e do lucro. A solidariedade remete à liberdade e busca de condições intersubjetivas da integridade pessoal e ultrapassa a lógica do interesse.

No Brasil, Paul Singer (2002a) é o autor que pauta consideravelmente estes estudos, uma vez que para ele, a economia solidária é reinventada. Ela surge como modo de produção no interior da sociedade capitalista há cerca de 200 anos. Para o autor, a economia solidária é um modo de produção que se constitui ao lado do modo de produção capitalista, da pequena produção de mercadorias, da produção estatal, da produção privada sem fins de lucro. Para o autor, a economia solidária deverá aproveitar-se do desenvolvimento das forças produtivas; relacionar-se com o mercado capitalista, não privilegiar, nem buscar o isolamento; ela não prescinde inteiramente do Estado, mas deve buscar a sua autonomia; ter como base a história do movimento anticapitalista.

Segundo Gaiger (2013) a economia solidária, nos anos 1980, dá continuidade e novo alento a uma história extensa, na qual se contam inúmeras experiências de solidarismo econômico entre os trabalhadores. O Mapeamento Nacional de Economia Solidária, em 2007, registrou mais de 2.100 cooperativas designadas de populares ou de economia solidária. Gaiger (2013) explica que em sua maior parte estas cooperativas recenseadas haviam iniciado suas atividades quinze anos antes do Mapeamento. Segundo o autor, esses empreendimentos se dividem em duas categorias:

- a) Aqueles cuja atividade principal representa a fonte primordial de ocupação e de renda dos seus integrantes, desenvolvendo-se através de processos de socialização dos meios de produção ou de coletivização do trabalho. Incluem empresas autogestionárias recuperadas, grupos informais de produção, cooperativas agropecuárias e de trabalho, unidades de triagem de resíduos urbanos recicláveis e comunidades tradicionais, como pescadores e extrativistas.
- b) Aqueles cuja atividade coletiva principal aporta benefícios e serviços para as economias individuais ou familiares dos seus integrantes. Compreendem as associações de pequenos produtores rurais, centrais de comercialização, cooperativas de habitação, eletrificação e crédito, bancos populares, clubes de troca e hortas comunitárias.

Considerando o amplo leque de formatos na economia solidária, elas têm se alinhado em favor de um novo modelo de cooperativismo, ao questionarem o perfil político e os principais impasses que o cooperativismo de base empresarial tem adotado no país, relacionados, sobretudo, entre os princípios doutrinários e o seu desenvolvimento histórico (GAIGER, 2013). Nesses experimentos acentua-se o caráter solidário do cooperativismo, como obra de trabalhadores cooperados, autogestionários, que busca suplantar o cooperativismo tradicional. Verificam-se, também, nas organizações urbanas novas formas que emergem como superação da exclusão e da marginalidade das populações do local, é o que vem ocorrendo em Alagoas, no estudo situado ao longo deste artigo.

Neste sentido a economia solidária pode estar assinalando a construção de novo espaço de transformação social em que a lógica utilitarista passa a ser restrita e novas formas de relações sociais se constituem, como a solidariedade, a cooperação, a autogestão. Estes experimentos sociais ao longo dos anos de sua constituição têm somado uma competência que merece ser levantada e sistematizada no sentido de evidenciar o que pode ser entendido como uma nova sociabilidade que aponta um caminho para a transformação social. Essas organizações sociais acionaram ao longo de sua constituição instrumentos pedagógicos, de gestão, de estratégias e de materiais que pode indicar elementos de um novo espaço que se contrapõe e põe em xeque o espaço do capital como forma de reprodução destas populações. O trabalho

cooperativo age em favor dos produtores e confere uma amplitude maior e mais ampla da conotação da eficiência econômica, vinculada à qualidade de vida e a satisfação de objetivos culturais e ético-morais.

Nas cooperativas geridas autogestionariamente, isto é nas cooperativas solidárias, os autores apontam que há uma reconciliação entre o trabalhador e as forças produtivas que ele detém e utiliza, não se encontram separadas do produto de seu trabalho e o trabalhador recupera as condições necessárias, mesmo se ainda insuficientes, para uma experiência integral com a vida laboral e adquirindo, assim, um novo patamar de satisfação não apenas do ponto de vista material ou monetário. Ou seja, nestes espaços o trabalhador emprega o capital, não é empregado por ele (GAIGER, 2013, NAMORADO 2007, CULT 2018, GRADE, 2006).

Importa observar nos desdobramentos futuros da economia solidária, se se trata de apenas uma nova prática, a da inserção no mundo do trabalho ou se, nestes experimentos gera-se uma nova consciência que poderá provocar sucessivamente novas mudanças nas práticas. O papel da economia solidária é a importância da autogestão, a qual não é inferior à gestão capitalista para o desenvolvimento das forças produtivas (SINGER, 2002) por dispor de vantagens comparativas derivadas de sua forma social específica de produção.

Feitas estas considerações, na próxima seção serão apresentados os resultados encontrados na pesquisa aplicada na Universidade Federal de Alagoas com relação as artesãs do estado.

5. A experiência das mulheres artesãs de Alagoas Brasil: análise dos elementos que contribuem para o desenvolvimento local.

Para apreender os experimentos reais que encontram nas formas pretéritas do trabalho a forma de reprodução, apresentaremos as especificidades do artesanato alagoano por regiões geográficas como expressão do lugar e espaço. As regiões alagoanas onde o artesanato se mostrou com uma força motriz capaz de alavancar o desenvolvimento local são: 1) Microrregião de Maceió; 2) Microrregião da Mata Alagoana, 3) Microrregião de Palmeira dos Índios, 4) Microrregião da Serrana do Sertão Alagoano, e 5) Microrregião da Serrana dos Quilombos, e 6) Microrregião Alagoana do Sertão do São Francisco. A continuação, detalharemos esses experimentos por cada microrregião.

5.1. Microrregião de Maceió:

A Microrregião de Maceió abrange 10 municípios do estado de Alagoas que possui como base de atividade econômica a agroindústria, a pesca e o turismo. Nessa microrregião encontram-se 17 EES com 184 sócios ativos artesãos. Esses EES estão localizados em três municípios da seguinte forma: 71% de Maceió, capital do estado; 21 % do município histórico de Marechal Deodoro e 9% de Rio Largo. Essa microrregião possui o litoral com belas praias turísticas, na qual encontra-se a cidade de Marechal Deodoro que foi tombada por sua riqueza histórica e patrimônio nacional em 2006. Conhecida nacionalmente por ter sido o berço de um dos nomes mais importantes da política nacional também é famosa por suas artesãs, rendeiras que produzem uma das mais belas peças artesanais de todo o Brasil, o Filé (Renda de origem portuguesa, onde do tear saem peças como colchas e toalhas e outros artigos). A produção do bordado Filé é herança da colonização portuguesa, na região do Complexo Estuário Lagunar Mundaú–Manguaba (CELMM), o qual consiste em um complexo bordado sobre uma rede de fios, atualmente foi tombado como patrimônio imaterial do Estado de Alagoas (IBORDAL, 2017).

Além do filé, os grupos têm produzido bordado crochê, ponto de cruz e material reciclado de garrafas pet. Sendo alguns desses produtos fantoches, material para reprodução de histórias, bolsas, tiaras, roupas, porta-joias e pesos de porta. Através de seu trabalho, produzem peças que resgatam o patrimônio cultural do Estado de Alagoas e da região Nordeste do Brasil, retratando figuras marcantes como Lampião, Maria Bonita, Bumba meu boi, plantas típicas e o Chapéu do Guerreiro Alagoano. Acreditam que através da economia solidária é possível fortalecer os grupos e mudar a realidade melhorando o seu bem-estar, declaram: “Economia solidária não vê o lucro, vê o bem-estar das pessoas. É sempre o nós e não o eu”. A economia solidária nessa região pode ser interpretada como desenvolvimento local endógeno, pois através dela pode se resgatar a especificidades históricas para melhorar a renda e vida dos participantes do processo.

A principal dificuldade encontrada pelos artesãos é a comercialização de seus produtos, relatam que não existem espaços de comercialização para o artesanato produzido no estado e que há a presença de atravessadores, que revendem os produtos e se beneficiam dessa situação. Assim, salientam no seu relato: “Espaço de comercialização para o turista comprar do artesão e não do atravessador, não existe em Alagoas”. Entretanto sentem que a economia solidária na região está enfraquecida e o seu trabalho não é devidamente reconhecido, sendo muitas vezes atropelados por atravessadores e pessoas que não produzem artesanato e passam na frente dos produtores, relatam: “Eu faço crochê a 50 anos, aprendi com 8 anos o que você quiser eu digo, um colega foi lá com peças de crochê e o coordenador achando lindo e maravilhoso e eu comecei a perguntar e ele disse que não se preocupa com nome de linha, como um artesão não se preocupa com o material de trabalho? Perguntei, perguntei e ele não respondia nada. Então soube, esse não faz”. Nos EES da região de Maceió observamos pontos positivos tais como: união, cooperação, conhecimento prático, criatividade, interação com a cultura do local, etc. que podem vir a construir uma institucionalidade que favorece a geração de renda e o desenvolvimento local. O local, na sua especificidade cultural, serve de espaço gerador de uma lógica de produção coletiva que melhora as condições de vida dos EES.

5.2. Microrregião Mata Alagoana

A microrregião da Mata Alagoana está formada por 15 municípios atividade econômica baseada no setor sucroalcoóoleiro. No município de Atalaia encontramos dois empreendimentos econômicos solidários (EES), sendo eles: O grupo Artemix com 6 sócios (54,55%), Associação Fibra e Arte (Fibrart) com 5 sócios (45,45%) ou seja, nesta microrregião temos 11 sócios ao todo. O primeiro produz peças a partir da fibra de bananeira, como jarros, porta-joias e embalagens; o segundo utiliza o bordado crochê na produção de blusas e bolsas, e pinturas em tecido. Os empreendimentos contem em sua formação todos os sócios do sexo feminino, que buscam complementar a renda doméstica através do artesanato, ter uma ocupação além dos afazeres de casa e transmitir os sentimentos através da arte, deixando em alguns casos a depressão de lado. Sendo 93% do sexo feminino e somente 7% do sexo masculino. Analisando o perfil dos artesãos da região, têm-se que 91% dos sócios tem o artesanato como profissão principal, já 30% possuem outros meios de renda, como a aposentadoria ou outras profissões como principais, sendo algumas delas: recepcionista, pintor, costureira (dados elaborados a partir de fonte primária através de formulários aplicados).

Com relação a renda mensal obtida pelos sócios, individualmente, 55% recebem até um salário mínimo (SM), 27% deles recebem de um a dois SM e 18% optaram por não informar o nível de renda recebido. Desses 33% recebem auxílio do bolsa família, enquanto 67% alegam não que não recebem o auxílio. Com o trabalho em grupo esses artesãos tentam superar as dificuldades de comercialização e do trabalho antes feito individualmente, entretanto encontram na economia solidária uma missão de vida, adotando os princípios para a vida cotidiana e criam vínculos familiares entre os sócios, declaram: “Minha missão não é individual, nasci dentro de uma família que já viviam dentro da economia solidária, mesmo sem saber o que é força e união, como dessedente não posso sair da missão”. Evidenciam-se assim possibilidades de

desenvolvimento local, existindo um processo endógeno que se produz nos grupos e faz com esses EES se transformem em caminhos para melhoria das condições de vida de seus participantes.

5.3 Microrregião do Palmeira dos Índios

Na região do Agreste Alagoano, no município de Palmeira dos Índios está localizada a Associação Mulheres Indígenas, que faz parte da Aldeia indígena Mãe Serra da Capela, Xucuru-Kariri, que tem cerca de 45 índios dentre eles 30 são mulheres e 15 homens. Na comunidade existem casas humildes e escola para as crianças. Além disso, dada a sua localidade, os índios cultivam frutas, verduras e outros alimentos que usam como parte de seu sustento. A aldeia fica em uma região de difícil acesso, na zona rural da cidade de Palmeira dos Índios, para ingressar é necessário subir uma íngreme ladeira, os moradores para se locomover necessitam utilizar moto táxi que passam no local. Em épocas de chuva não tem como chegar na aldeia com transporte veicular. O artesanato é tido como uma das atividades dos membros da aldeia, entretanto muitos trabalham na cidade, em instituições públicas ou privadas. O grupo de artesanato Mulheres indígenas é composto por nove mulheres, mas os homens da aldeia também produzem artesanato. Para os índios, culturalmente, a produção artesanal é uma atividade familiar. Os produtos são feitos à base de sementes da região e pena de animais, são feitos brincos, pulseiras e adereços para o cabelo pelas mulheres da aldeia, há ainda os cocais produzidos pelos homens. A comercialização é realizada de forma esporádica, em feiras ao qual são convidados a participar tanto no estado de Alagoas, como em todo Brasil e internacionalmente. Em contato com outras aldeias, fazem trocas de sementes e penas para a produção de novos produtos. As artesãs da associação sentem falta de um ambiente de comercialização, já que na cidade em que residem não consegue vender seu artesanato. Os moradores da região desconhecem e não valorizam o artesanato indígena. Em outras ocasiões são questionadas se realmente são índias nativas, pois usam roupas comuns e compartilham de algumas características urbanas. Não atendendo as expectativas que são aprendidas culturalmente, ao qual os índios andam nus e enfeitados com penas. Os índios da Serra do Capela praticam os princípios da economia solidária, a autogestão por exemplo é feita por eles de maneira consistente. A tribo indígena tem consciência que as diretrizes usadas na aldeia faziam parte de uma outra forma de organização social e econômica que faz frente a um sistema tão desigual quanto o capitalismo. Uma outra índia quando questionada sobre os seus sonhos, responde que almeja um ambiente em que possa comercializar seu artesanato de forma livre.

5.4 Microrregião da Serrana do Sertão Alagoano.

Na mesorregião do Sertão Alagoano, estão ativos 30 sócios artesãos pertencentes a seis empreendimentos econômicos solidários (EES), sendo eles: Associação das Mulheres Quilombolas da Serra das Viúvas (AMAQUI) com 4 sócios (13%), Associação Mulheres Mães Camponesas com 21 sócios (70%) e Associação Renda Singeleza Nossa Senhora da Conceição com 5 sócios (17%).

Os grupos estão instalados no município do Água Branca: AMAQUI que produz artesanato tipicamente quilombola, a base de cipó e palha de Licuri; Mulheres Mães Camponesas, que fazem pintura em tecido retratando a cultura do estado de Alagoas e a Associação Renda Singeleza Nossa Senhora da Conceição, que produz uma renda delicada que é feita com agulha, linha e talos de coqueiros, sem necessitar risco ou moldes. Os empreendimentos contêm na maior parte de sua formação mulheres, sendo 100% dos sócios da região do sexo feminino, dado que na cultura da região ainda reside o costume que o homem saia para trabalhar fora e a mulher fique em casa.

Em relação ao nível de escolaridade dos sócios, podemos constatar que do total de artesãos do projeto: do ensino fundamental 37% não chegaram a completar e 13% sim o completaram. Seguindo a classificação da escolaridade 30% completaram o ensino médio, somente 3% conseguiram chegar ao nível superior de

educação e 7% não chegaram a ser alfabetizados. Referente a idade dos artesãos da região do sertão alagoano, 20% tem idade entre 20 a 29 anos, 23% entre 30 a 39 anos, 27% entre 40 a 49 anos, 13% possuem entre 50 a 59 anos, 3% entre 60 a 69 anos, 3% entre 70 e 79 anos e 10% não souberam ou optaram por não informar a idade.

Analisando o perfil dos artesãos da região, têm-se que 20% dos sócios tem o artesanato como profissão principal, já 80% possuem outras profissões como principais, dentre elas: professor, agente de endemias, funcionária doméstica e a mais citada é atividade agrícola. Deve-se considerar que 30% dos sócios moram em comunidades distante dos centros da cidade, em comunidades quilombolas ou periféricas, de difícil acesso, ao qual a principais atividades geradoras de renda são: a agricultura de subsistência, a criação de gado e o artesanato. A renda mensal obtida pelos sócios, individualmente, não ultrapassa três salários mínimos (SM), 45% recebem até um SM, 5% deles recebem de um a dois SM, 3% tem renda mensal entre dois e três SM e 47% optaram por não informar o nível de renda recebido. Desses 33% recebem auxílio do bolsa família, enquanto 67% alegam não que não recebem o auxílio. Podemos observar que esses EES foram capazes de promover o dinamismo econômico através de laços de cooperação e solidariedade, gerando renda e a valorização do trabalho manual que se vincula às especificidades locais.

5.5 Microrregião da Serrana dos Quilombos

Na Microrregião da Serrana dos Quilombos, no município de União dos Palmares está localizada a Associação de Artesãos de União dos Palmares (UNIART). Essa associação comercializa seus produtos num prédio cedido pela prefeitura há mais de 20 anos. No momento o prédio encontra-se em reforma, que está sendo custeada pelos próprios artesãos. O grupo está formado por 14 membros, sendo que somente nove deles estão ativos na produção. Quatro homens e quatro mulheres, que promovem uma produção diversificada, composta por palha de bananeira, bordado, madeiras e cabaças. Porém, há iniciativa de produção conjunta para direciona-la completamente para a palha da bananeira, afim de criar novos produtos como por exemplo: “um kit de praia” como eles o denomina.

Com relação aos dados socioeconômicos, como por exemplo, o nível de escolaridade dos sócios, pôde-se constatar que um sócio não chegou a completar o ensino fundamental, tendo dois que o concluiu, enquanto quatro sócios completaram o ensino médio, um que não concluiu e dois sócios conseguiram chegar ao nível superior. Referente a idade dos artesãos da região do sertão alagoano, 13% tem idade entre 20 a 29 anos, 25% entre 30 a 39 anos, 25% entre 40 a 49 anos, 13% possuem entre 50 a 59 anos e 25% entre 60 a 69 anos.

Analisando o perfil dos artesãos da região, têm-se que todos dos sócios têm o artesanato como profissão principal, afim de complementar a renda familiar. Seis sócios alegam não receber bolsa família e somente dois recebem o benefício. A associação tem a economia solidária e a produção artesanal enfraquecida, houve uma desunião entre os membros do grupo, tornando a participação dos membros vulneráveis a mudanças e saídas dos associados. Alguns acabaram deixando de produzir o artesanato e partiram para a revenda de produtos comprados em outras cidades. Podemos observar que nessa região as condições para fomentar o desenvolvimento local foram limitadas devido as dificuldades encontradas na produção enfraquecida da economia solidaria.

5.6 Microrregião Alagoana do Sertão do São Francisco

Na Microrregião Alagoana do Sertão de São Francisco, estão ativos 28 sócios artesãos pertencentes a seis empreendimentos econômicos solidários (EES), sendo eles: Associação dos Artesãos de Delmiro Gouveia (ART'DEL) com 7 sócios (12%), Descanso do Rei com 13 sócios (22%), Associação dos Artesãos Em Couro da Tilápia (Estação Cangaço) com 8 sócios (14%). A Microrregião do Microrregião Alagoana do Sertão do

São Francisco abrange três municípios do estado de Alagoas, os sócios supracitados pertencem a duas delas, sendo: 71% de Delmiro Gouveia e 29% de Piranhas.

A Associação dos Artesãos em Couro da Tilápia, localizada na cidade de Piranhas, realiza seu artesanato a partir do couro de bode e de tilápia, material esse que antes eram descartados. Hoje esse material é reaproveitado e colocado no circuito produtivo através da produção de bolsas, cintos, calçados, carteiras, acessórios para a mulher e porta-moedas. O processo não leva produtos químicos e se transforma numa técnica autossustentável para criar os bens produzidos.

A Associação dos Artesãos de Delmiro Gouveia (ART'DEL) e o grupo Descanso do Rei estão situados na cidade de Delmiro Gouveia. O primeiro produz artesanato com madeira, como pequenos objetos decorativos, também utilizam tecido para produzir carteiras, porta-moedas e entre outros. O segundo tem suas peças feitas em tear que produz, a partir da linha, produtos com textura de rede, como descansos e jogos americanos. Os empreendimentos contêm na maior parte de sua formação mulheres, porém é possível observar uma maior participação nessa região de homens na produção do artesanato. Com relação aos dados socioeconômicos, como por exemplo, o nível de escolaridade dos sócios, pôde-se constatar que 37% não chegaram a completar o ensino fundamental, tendo 13% o concluído, enquanto 30% completaram o ensino médio, somente 3% conseguiram chegar ao nível superior de educação e 7% não chegaram a ser alfabetizados.

Referente a idade dos artesãos da região do sertão alagoano, 13% tem idade entre 20 a 29 anos, 25% entre 30 a 39 anos, 25% entre 40 a 49 anos, 13% possuem entre 50 a 59 anos e 25% entre 60 a 69 anos. Analisando o perfil dos artesãos da região, têm-se que todos dos sócios têm o artesanato como profissão principal, afim de complementar a renda familiar. Seis sócios alegam não receber bolsa família e somente dois recebem o benefício. A associação tem a economia solidária e a produção artesanal enfraquecida, houve uma desunião entre os membros do grupo, tornando a participação dos membros variante. Alguns acabaram deixando de produzir o artesanato e partiram para a revenda de produtos comprados em outras cidades.

6. Reflexões sobre o desenvolvimento local nas regiões

Os resultados qualitativos levantados na pesquisa nos EES mostraram várias características que indicaram a existência de um trabalho organizativo e institucional com evidências de sustentabilidade que podem ser interpretados como práticas de desenvolvimento local. Essas características foram apresentadas como “fatores positivos” que levam aos EES entrevistados a persistirem nessa forma de produção. Foram observados também, através dos relatos, as dificuldades enfrentadas pelos EES que limitam as possibilidades de desenvolvimento. Assim, a partir desse levantamento podemos resumir essas características no Quadro 1.

Quadro 1: Características positivas e negativas EES - Alagoas

CARACTERÍSTICAS POSITIVAS	CARACTERÍSTICAS NEGATIVAS
Organização do trabalho institucionalidade	Problemas de acesso à comercialização
Interação com a cultura local	Falta de políticas públicas
Colaboração e cooperação dos membros dos EES	Falta de Capital de giro
	Falta de divulgação do trabalho artesanal

Valorização do trabalho artesanal	Falta de espaço físico para o EES como também maquinarias, matérias primas.
-----------------------------------	---

Fonte: elaborado pela autora, com base em dados primários, 2020.

A partir desse Quadro 1, podemos dizer que os EES em Alagoas apresentam uma dinâmica social que podem se transformar em possibilidades de desenvolvimento local que além da geração de renda abrangem outros aspectos que melhoram a qualidade de vida de uma população vulnerável. Assim, esses experimentos fazem emergir uma nova forma de entender a dinâmica social e, porque não, o desenvolvimento local. A economia solidária facilita essa dinâmica, construindo uma nova práxis social que tem um nexos social com as especificidades do local, as quais buscam recuperar a centralidade do homem, suas habilidades produtivas e criativas, e fundamentalmente a cultura e valorização da história local.

Como foi ressaltado na primeira seção deste artigo, o desenvolvimento Local considera a valorização das especificidades da região. Nesse sentido, um ponto fundamental é a participação da população, neste caso os EES, como autores do processo de desenvolvimento. Assim, o espaço passa hoje a desempenhar um papel crucial para se pensar o desenvolvimento, pois a própria sociedade só é concretizada no espaço. Os EES em Alagoas têm relevância na medida em que geram a possibilidade de mudança econômica e social que resultará na transformação do espaço e do local.

Considerações finais

A chegada da crise sanitária da Covid-19 apresentou-se, tanto no Brasil quanto em Alagoas, num contexto de baixo crescimento econômico, indicadores sociais com desempenhos medíocres e vulnerabilidade macroeconômica. O mercado de trabalho foi o que mais sofreu com o impacto das medidas de isolamento que afetaram o andamento das atividades econômicas. Assim, o desemprego aumentou e, com ele, cresceu a precarização do mercado de trabalho com o aumento da informalidade. Isto vai afetar todas as dimensões de pobreza como assim também aumentar a vulnerabilidade.

A partir da experiência de pesquisa relatada no artigo, podemos observar que os EES no estado de Alagoas apresentaram uma capacidade de construir uma prática social que tem na solidariedade e na cooperação sua centralidade. Por um lado, conseguimos observar que as mulheres artesãs recuperam no trabalho manual as habilidades produtivas e criativas resgatando em muitos dos casos a identidade cultural regional, unidos por laços de cooperação, ao invés da acumulação de capital. A produção coletiva se concretiza como uma proposta que propicia o desenvolvimento local valorizando as especificidades de cada região, aumentando a riqueza, dinamizando a economia local assim como os direitos dos trabalhadores. Por outro lado, observamos que a fragilidade dos EES se relaciona com a comercialização, a falta de uma infraestrutura adequada, recursos, instalações, matérias-primas e outras que condicionam o desenvolvimento do local, limitando a sinergia que se geraria com um círculo virtuoso de mesmo.

Como salientamos anteriormente, as condições sociais no Brasil e em Alagoas no começo da década 2010 se apresentam com aumento do desemprego e dificuldades de absorção da mão-de-obra, aprofundadas atualmente pela pandemia da Covid-19 devido à incerteza que temos com relação como ela irá se desenvolver. Então, deve-se gerar respostas para a situação de emergência que visem aumentar a proteção social para evitar a grave deterioração das condições de vida e bem-estar da sociedade.

Assim, a pesquisa nos permitiu vislumbrar como os trabalhadores utilizam sua criatividade de forma alternativa para sobreviver. As formas sociais burguesas não mais dão possibilidades de subsistência, o

que faz com que o desenvolvimento da sociedade seja a exclusão social. Os experimentos sociais concretizados nos EES em Alagoas evidenciaram que a economia solidária pode se transformar num processo de desenvolvimento local, no qual o trabalho manual e o artesanato se transformam em fonte de geração de renda, de valorização da cultura da região e de busca de uma forma de produção diferente. O ambiente assim gerado é propício para o desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

- AMIN, Ash, THRIFT, Nigel (1997). Globalization, socio-economics, territoriality. In: LEE, Roger, WILLS, Jane (ed.). Geographies of economies. London: Arnold, pp. 147-157
- BIANCHI, A.M.(2007). Albert Hirschman na América Latina e sua trilogia sobre desenvolvimento econômico. Campinas, Revista: Economia e Sociedade. 16, (2), 131-150.
- BENKO, G. (1996). Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI. Tradução: Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Hucitec.
- BETTELHEIM, Charles (1979). A luta de classes na União Soviética. 2ª ed., Paz e Terra: Rio de Janeiro.
- CARVALHO, L.(2020). Curto-circuito. O vírus e a volta do Estado. Editora: Todavia, São Paulo.
- CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe) (2020), “América Latina y el Caribe ante la pandemia del COVID-19: efectos económicos y sociales”, Informe Especial COVID-19, Nº 1, 3 de abril [en línea] https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45337/4/S2000264_es.pdf.
- CHANIAL, Philippe & LAVILLE, Jean-Louis (2009). “Associativismo”, in A. Cattani et al. (orgs.), Dicionário internacional da outra economia, Coimbra, Almedina, pp. 21-25.
- COHEN, Stephen F. (1976). Bujarin y la revolución bolchevique. Siglo Veintiuno: Buenos Aires.
- CULTI, M. (2018). O cooperativismo popular no Brasil: importância e representatividade. Disponível em: <<http://www.ecosol.com.br/publicacoes>> Acesso em: maio 2018.
- CUNHA, G. C. (2013). A economia solidária e os embates em torno dos sentidos do cooperativismo na construção recente de leis e políticas. Bahia Análise & Dados, Salvador: SEI, 23, (1), 187-207.
- DEFOURNY, J. (1988), “Coopératives de production et entreprises autogérées: une synthèse du débat sur les effets économiques de la participation”. Mondes en Développement, XVI (61): pp.139-153.
- GAIGER, L. I. (2013). A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. Revista Brasileira de Ciências Sociais. 28, (82), 211-259.
- GAIGER, L. I. (org.) (2004). Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil. Porto Alegre, Editora da UFRGS.
- GRADE, M. (2006). Fórum do Maciço do Morro da Cruz e AGRECO como espaço transitório: germinando a espacialização de relações solidárias em Santa Catarina. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Geografia – Doutorado.
- GUERRA, P. (2002). Socioeconomía de la solidaridad. Montevideu, Nordan – Comunidad.
- MARTINS, S.R.O.(2002). Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas Revista Internacional de Desenvolvimento Local. 3,(5), 51-59.

NAMORADO, R. (2007). Cooperativismo: história e horizontes. Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania. V. 1. Coimbra, pp. 9-35.

PIRES, E.; MULLER, G.; VERDI, A.(2006). Instituições, territórios e desenvolvimento local: delimitação preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos. Revista Geografia, Rio Claro, 31, (3), 437-454, set./dez.

PINTO, J. (2006). Economia solidária: de volta à arte da associação. Porto Alegre, Editora da UFRGS.

PUTNAM, R.D. (1993). Making democracy work: civic traditions in modern Italy. Princeton: Princeton University Press,

ROZAS, G. (1998). Pobreza y desarrollo local. In: Excerpta, Universidade do Chile, n. 7, (Na Internet: <http://rehue.csociales.uchile.cl>).

SAXENIAN, A. (1994). Regional advantage: culture and competition in Silicon Valley and Route 128. Cambridge: Harvard University Press.

SINGER, P. (2002a). "A recente ressurreição da economia solidária no Brasil", in B. S. Santos, Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, pp. 81-130.

SINGER, P. (2002). Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Primeira Edição, 2002.

STORPER, M. (1995). The resurgence of regional economies, ten years later: The region as a nexus of untraded interdependencies. European Urban and Regional Studies, 2 (3), 191-221.